

O DISCURSO DIDÁTICO: TESTAGEM DE UM MODELO PARA DESCRIÇÃO DO SENTIDO PELA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA¹

Tânia Maris de Azevedo²

Resumo

Pensar a leitura e a produção de textos/discursos implica necessariamente pensar a construção do sentido. Seguindo esse raciocínio, Azevedo elaborou sua tese de doutorado (Semântica Argumentativa – uma possibilidade para a descrição do sentido do discurso), em que propôs o redimensionamento de alguns conceitos metodológico-operacionais da Teoria da Argumentação na Língua, de Oswald Ducrot e Marion Carel – mais especificamente, da Teoria dos Blocos Semânticos –, com a finalidade de aplicá-la à descrição semântico-argumentativa do discurso. Tal redimensionamento originou um modelo teórico-metodológico para a descrição do sentido do discurso. Consequência natural de uma investigação é a testagem do modelo criado. Essa testagem constitui-se no cerne da pesquisa desenvolvida por Azevedo e Rowell, que, por sua vez, é apenas a primeira etapa de um estudo bem mais amplo rumo à transposição didática do referido modelo para o ensino de língua materna, fim último e essencial do trabalho iniciado com a tese de Azevedo.

Palavras-chave: Descrição semântico-argumentativa; Ensino; Discurso didático.

Abstract

Thinking about the reading and the production of texts/discourses necessarily implies thinking about the construction of meaning. Following this reasoning Azevedo elaborated her doctoral thesis (Semântica Argumentativa – uma possibili-

dade para a descrição do sentido do discurso – Argumentative Semantics – a possibility for the description of the meaning of discourse) where she proposed the redimensioning of some methodological-operational concepts of Oswald Ducrot and Marion Carel’s Theory of Argumentation within Language – more specifically, of the Theory of Semantic Blocks – with the purpose of applying it to the semantic-argumentative description of discourse. Such redimensioning originated a theoretical-methodological model for the description of the meaning of discourse. The natural consequence of an investigation is the testing of the model created. This testing is the core of the research developed by Azevedo and Rowell that, in its turn, is just the first stage of a much wider study towards the didactic transposition of that model to the teaching of the mother tongue, which is the ultimate and essential end of the work that started with Azevedo’s thesis.

Keywords: *Semantic-argumentative description; Teaching; Didactic discourse.*

ALGUMAS PALAVRAS

Todo falante nativo é capaz de, pela leitura³, identificar e reconhecer um texto, bem como distingui-lo de um “não-texto”⁴. No entanto, em total desconhecimento com essa habilidade dos falantes estão as dificuldades de muitos deles em compreender e produzir o que chamam *texto*.

Ciente dessas dificuldades, elaborei minha tese de doutorado⁵ em que propus o redimensionamento de

¹ Publicação derivada da pesquisa homônima desenvolvida pela autora com apoio financeiro do CNPq.

² Docente e pesquisadora do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Educação (mestrado) da Universidade de Caxias do Sul – Caxias do Sul – RS/BR – tmazeved@ucs.br

³ Não entrarei aqui no mérito da discussão sobre a existência de textos orais ou escritos, já que o que me interessa é a estrutura semântica subjacente ao texto, independentemente de sua forma de realização. Quando menciono leitura e/ou produção, estou me referindo a texto escrito, que é, inclusive, a referência mais comum.

⁴ Aqui, novamente, não discutirei o conceito de *não-texto*; utilizo-o na sua acepção mais empírica.

⁵ Publicada sob o título *Em busca do sentido do discurso*. Caxias do Sul: EDUCS, 2006.

alguns conceitos metodológico-operacionais da *Teoria da Argumentação na Língua* (TAL), de Oswald Ducrot e Marion Carel⁶, com a finalidade de aplicá-la à descrição semântico-argumentativa do discurso.

Tal redimensionamento deu origem a um novo modelo teórico-metodológico, cuja construção se justificou pelo fato de que a TAL foi proposta para a descrição semântica de unidades linguísticas de nível simples como a *palavra* e o *enunciado*, não abrangendo, portanto, o nível complexo da realização linguística representado pelo *discurso*.

Neste artigo, apresento uma aplicação do modelo proposto por Azevedo (2006) para a descrição do sentido de um discurso extraído de um livro didático.

Passo, então, a expor sucintamente o referido modelo para, a partir daí, descrever a significação da estrutura argumentativa subjacente a esse discurso: a significação do *texto*.

1 ALGUMAS PALAVRAS “OUTRAS”

A utilização do par de conceitos *texto/discurso* por Azevedo (2006) tem como primeiro alicerce a distinção feita e mantida por Ducrot ao longo de seus estudos⁷ (e cuja base, segundo ele mesmo, está na oposição *língua/fala*, de Saussure) entre *material linguístico* e *realização linguística*. *Material linguístico* é o correspondente à *língua* saussuriana, ou seja, uma espécie de conjunto sistêmico de estruturas, de entidades abstratas, o qual persiste nos múltiplos empregos que o falante faz de uma dada língua. Contrastivamente, *realização linguística* (equivalente à *fala*, em Saussure) é o que pode ser observado pelo pesquisador, uma vez que é a concretização, pelas produções do falante, daquelas estruturas que constituem o *material linguístico* do qual ele dispõe para suas interlocuções consigo mesmo, com os outros e com o mundo.

A partir daí, Ducrot (1984) define, na mesma relação de oposição, *frase/enunciado*: (a) *frase* (e, analogamente, neste trabalho, *texto*), como o *material linguístico*, a entidade abstrata, de nível teórico-metodológico, criada pelo linguista⁸ para descrever o sentido dos enunciados de uma língua; e (b) *enunciado* (equivalente

ao que chamo, no âmbito deste estudo, *discurso*), como manifestação *datada, circunstancial* entidade concreta que se constitui uma das múltiplas possibilidades de realização da *frase*.

O segundo elemento balizador para a distinção *texto/discurso* é proposto por Ducrot (1984)⁹ quando afirma que a *realização linguística* ocorre em dois níveis: o nível *elementar*, do qual fazem parte a *frase* e o *enunciado*; e o nível *complexo*, constituído pelo *texto*, como sequência¹⁰ de frases, logo, igualmente compreendido como entidade abstrata subjacente aos discursos realizados, e pelo *discurso*, como sequência de enunciados interligados, por isso, também entendido como entidade concreta, realização do *texto*.

Para diferenciar esses dois níveis da realização linguística, Ducrot (1984) propõe caracterizar uma sequência de signos como sendo de nível simples quando o locutor *põe em cena* um único ato de enunciação, produzindo, portanto, apenas um *enunciado*. De nível complexo, é por ele considerada a produção do locutor que resulta em uma sequência de enunciados interconectados, na qual uns se apoiam nos outros recursivamente, isto é, a atualização dessa sequência deverá redundar num *discurso*.

A *Teoria dos Blocos Semânticos*, desenvolvida por Marion Carel e Oswald Ducrot, só vem corroborar essa ideia de complexidade e de interconectividade do *texto* e do *discurso*, pois sustenta que a relação argumento-conclusão, anteriormente descrita como de justificação, é, na verdade, de interdependência semântica, pois, se o argumento adquire sentido em função da conclusão que convoca, o sentido da conclusão só se define em função do argumento ao qual se relaciona. Nessa perspectiva, a argumentação se caracteriza pela interdependência de sentido dos segmentos argumento e conclusão que compõem, justamente por essa interdependência, um *encadeamento argumentativo*, podendo este assumir duas formas (que, por seu turno, expressam dois aspectos, o normativo e o transgressivo): *A DC C* e *A PT neg-C*¹¹, em que *A* é o segmento-argumento, *C* o segmento-conclusão, *DC* ou *PT* os conectores *DONC* ou *POURTANT* e *neg*, o indicador da negação. Esses encadeamentos são realizações

⁷ Cf. Azevedo, 2002.

⁸ Ou *abstraida* por ele desde sua observação das *realizações* produzidas pelos falantes.

⁹ E que acredito válido inclusive para a versão mais recente da Semântica Argumentativa, a *Teoria dos Blocos Semânticos*.

¹⁰ *Sequência*, aqui, não deve ser entendida como *ordem* ou *soma*, mas como *segmento, conjunto sistêmico*, isto é, um *todo* cujas *partes* estão intimamente relacionadas e que é impossível de ser assim reconhecido senão pela interdependência de seus constituintes.

¹¹ *DC* é a abreviatura usada por Ducrot e Carel para o conector *DONC*, que, em Português, na maioria dos casos, equivaleria a *PORTANTO*, enquanto *PT* é usada para o conector *POURTANT*, cujo equivalente em Português seria, normalmente, *NO ENTANTO*. No âmbito deste trabalho, por se tratar de uma entidade abstrata teoricamente criada – logo, uma metalinguagem –, opto por manter as abreviaturas em Francês.

de uma mesma entidade semântica unitária e indivisível: *o bloco semântico*.

Nos limites deste estudo, *texto* e *discurso* são, pois, compreendidos como duas unidades linguísticas semanticamente complexas que se constituem de uma rede de relações estabelecida entre subunidades interconectadas recursivamente – frases e enunciados, blocos e encadeamentos – e dotadas de sentido somente na medida em que contribuem para a descrição do sentido da unidade maior. Na verdade, *texto* e *discurso* são sistemas que só poderão ser compreendidos ao ser interpretada cada uma de suas partes, bem como as relações existentes entre essas partes; ou melhor: cada parte, dada a complexidade do próprio sistema, só poderá ser compreendida, só adquirirá sentido na(s) relação(ões) que estabelece com as demais, logo, com o todo¹².

Além disso, usarei o termo *significação* para referir o valor semântico das unidades abstratas – a *frase*, o *bloco* e o *texto* – e o termo *sentido* para o valor semântico das entidades concretas – o *enunciado*, o *encadeamento* e o *discurso*.

Um esclarecimento necessário: uma pesquisa fundada sobre a simulação, de acordo com Ducrot (1973¹³), conduz à elaboração de dois tipos de hipótese: (a) as *hipóteses externas*, que nada mais são do que o aporte teórico estudado e conhecido pelo qual se observa o fenômeno escolhido como objeto de estudo; e (b) as *hipóteses internas*, referentes à própria construção da teoria criada para descrever e explicar o fenômeno observado. A formulação das hipóteses internas¹⁴ implica criar entidades abstratas, estabelecer sua correspondência com os observáveis e construir um aparato formal que possibilite calcular, entre entidades abstratas, relações semelhantes àquelas postuladas entre os observáveis correlativos.

É importante salientar que as hipóteses internas¹⁵ implicam (é o que o autor chama seu *custo teórico*) as externas¹⁶: *em se admitindo tal hipótese interna, deve-se admitir tal hipótese externa; em se admitindo tal modelo, devem-se ver os fenômenos linguageiros de tal forma; ou ainda, tal teoria implica tal viés na observação [...]*.

Dito isso, passo a explicitar as proposições da *Teoria da Polifonia* e da *Teoria dos Blocos Semânticos* que serviram de hipóteses externas para a elaboração das hipóteses internas de descrição semântica para as entidades linguísticas complexas (o *texto* e o *discurso*) propostas por Azevedo (2006) e que direcionam a análise do discurso didático apresentada neste artigo.

2 ALGUNS OLHARES OUTROS: AS HIPÓTESES EXTERNAS

Indicarei a seguir as hipóteses internas da *Teoria da Argumentação na Língua* (TAL) que, nos limites deste estudo, adquirem a configuração de hipóteses externas.

A primeira delas, que funda a Semântica Argumentativa, sendo defendida e desenvolvida até hoje, é chamada por Azevedo (2006, p. 131) **HE1** e pode ser assim formulada: *a argumentação está na língua*.

Para os teóricos da TAL, no próprio sistema linguístico que rege toda a produção linguageira, está inscrita a argumentação e só é possível descrever a significação das entidades que compõem esse sistema pelas relações argumentativas que mantêm umas com as outras.

Dada HE1, a hipótese externa **HE2**¹⁷ passa a ser: *o sentido de uma entidade lingüística concreta pode ser descrito em termos de encadeamento argumentativo, este composto de um segmento-argumento e um segmento-conclusão, os quais mantêm entre si uma relação de interdependência semântica*. Formulada no que concerne às entidades lingüísticas abstratas, HE2 é assim expressa: *a significação de uma entidade lingüística abstrata pode ser descrita pela relação entre dois conceitos, que formam um bloco semântico, unitário e indivisível*.

Como diz Carel (1998, p. 269), é somente de forma conjunta que os dois segmentos, argumento e conclusão, têm sentido. O que a autora considera fundamental é que

[...] os dois segmentos de um encadeamento com pourtant compartilham com os dois segmentos de

¹² Eis aqui, mais uma vez, o princípio estruturalista saussuriano da *relação*, mantido por Ducrot e Carel, que explicitam ao longo de suas publicações a filiação estruturalista de seus estudos, e, como decorrência, por Azevedo (2006). Tal princípio (cf. Azevedo, 2006, p. 20), vale relembrar, consiste em propor que um fenômeno só se define, só adquire identidade pelas relações, quer de analogia, quer de oposição, que mantêm com outros fenômenos da mesma estrutura, do mesmo sistema.

¹³ Data de publicação do texto original correspondente ao capítulo III – A Descrição Semântica em Lingüística – de *O dizer e o dito*, publicado, em Português, em Ducrot, 1987.

¹⁴ Cf. Ducrot, 1994, p. 117.

¹⁵ Cf. Ducrot, 1987, p. 51 – artigo publicado originalmente em 1973.

¹⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁷ Azevedo, 2006, p. 131.

um encadeamento com *donc* a propriedade de ser interpretáveis somente de forma conjunta: da mesma forma que o encadeamento com *donc*, é o encadeamento com *pourtant* o que tem sentido, e não os segmentos que esse conector une¹⁸.

Carel, neste mesmo artigo, afirma que o que há de comum entre *A DC C* e *A PT neg-C* é o fato de ambos os encadeamentos serem duas realizações diferentes de uma mesma entidade semântica. Os dois encadeamentos realizam um mesmo *bloco semântico*, e é por meio dessa entidade abstrata que se pode descrever o sentido das entidades concretas de uma língua (o *enunciado* e o *discurso*).

Desde essa perspectiva, o *encadeamento* é uma estrutura sintática que se constitui na realização de uma entidade semântica unitária: o *bloco semântico*, este como expressão do valor semântico de uma entidade linguística.

Derivada de HE1 e de HE2, **HE3** assume a seguinte forma¹⁹: *o valor semântico de uma entidade linguística abstrata (sua significação) deverá ser descrito a partir do valor semântico (do sentido) de pelo menos uma das entidades linguísticas concretas que a realizam.*

Tanto já foi dito aqui sobre o conteúdo dessa hipótese que não vejo necessidade de explicá-la mais uma vez. No entanto, é preciso referir que Azevedo (2006, p. 133) percebe nela imbricadas duas outras hipóteses (chamadas *sub-hipóteses*) que devem ser explicitadas. São elas: **HE3.1**, *a significação de uma entidade abstrata, seja ela de nível elementar ou complexo, corresponde às possibilidades de formação de blocos semânticos que essa entidade é capaz de gerar*; e **HE3.2**, *o sentido de uma entidade concreta, de nível elementar ou complexo, equivale aos encadeamentos argumentativos por ela realizados desde os blocos semânticos inscritos/previstos no sistema linguístico.*

Dadas tais hipóteses, apresento as hipóteses internas criadas por Azevedo (2006).

3 ALGUNS OUTROS OLHARES: AS HIPÓTESES INTERNAS

Tendo por fundamento primeiro o conteúdo de HE1 – que a língua traz nela inscrita a argumentação –,

a primeira hipótese interna proposta por Azevedo (2006, p. 134) foi assim explicitada: **III** – *a Teoria da Argumentação na Língua (TAL) fornece mecanismos para a descrição de entidades linguísticas complexas como o texto e o discurso.*

Penso que a evolução da TAL, mais especificamente com a elaboração da *Teoria dos Blocos Semânticos*, não significou o abandono ou a negação de todos os pressupostos e conceitos das versões anteriores. Nesse sentido, acredito que as “ferramentas” criadas por essa teoria sejam perfeitamente capazes de viabilizar a descrição semântica de entidades complexas como o *discurso*.

A primeira dessas ferramentas é o par de conceitos *encadeamento argumentativo/bloco semântico*, e a segunda é a *concepção polifônica do sentido*, com os conceitos de que faz uso.

Com a proposta de Carel foi que a TAL passou a ver o *encadeamento argumentativo* como a inter-relação semântica dos segmentos argumento e conclusão, como a realização de uma entidade indivisível, o *bloco semântico*. Consequentemente, a argumentação passou a ser vista como puramente linguística, representando unicamente as restrições nas quais nos encerra o *discurso*, e as possibilidades que nos abre²⁰. “Argumentar”²¹, desde a nova versão, consiste apenas em convocar blocos semânticos e tornar os encadeamentos que os realizam coerentes com esses blocos.

Diante disso, Azevedo (2006) propõe que essa mesma entidade semântica atualizada pelos enunciados de uma língua seja também atualizada pelos discursos dessa mesma língua, que um *discurso* realize linguisticamente um *texto*, entidade abstrata que poderia ser traduzida em um *bloco semântico*.

Vejamos, agora, a segunda “ferramenta”: o conceito de *polifonia* e a correspondente concepção polifônica do sentido.

Ducrot sempre defendeu a tese de que os enunciados são polifônicos, no sentido de que põem em cena, por meio de um locutor, várias vozes, vários pontos de vista aos quais ele chamou *enunciadores*. Ora, se a argumentação está prevista na língua, determinando, portanto, a significação de suas entidades, o sentido de um enunciado, nessa perspectiva, é descrito pela posição que o locutor assume em relação aos vários pontos de vista que enuncia.

¹⁸ Apud Azevedo, 2006, p. 132.

¹⁹ Cf. Azevedo, 2006, p. 133.

²⁰ Carel, 1998, p. 296.

²¹ Segundo Carel, 1997, p. 33.

Consoante a concepção polifônica do sentido, descrever semanticamente um enunciado consiste

[...] em responder a diversas perguntas: o enunciado contém a *função locutor*?, a quem se atribui essa função?, a quem se assimila o locutor?, quais são os diferentes pontos de vista expressos, quer dizer, quais são as diferentes *funções de enunciador* presentes no enunciado?, a quem se atribuem eventualmente essas funções?

Chamo *enunciadores* às origens dos diferentes pontos de vista que se apresentam no enunciado. Não são pessoas, mas “pontos de perspectiva” abstratos. O locutor mesmo pode ser identificado com alguns desses enunciadores, mas, na maioria dos casos, os apresenta guardando certa distância deles.²²

Com efeito, *locutor* e *enunciador* são outras duas entidades teoricamente criadas para a descrição semântica de uma língua. Responder às perguntas lançadas por Ducrot significa recuperar, pela entidade concreta (*enunciado* produzido), as entidades semânticas abstratas inscritas no sistema linguístico, o *locutor* e os *enunciadores*, entidades estas que possibilitam a produção do enunciado. Além disso, quando Ducrot propõe essas funções de *locutor* e *enunciador*, fica mais uma vez evidente a argumentatividade da língua, já que o jogo encenado pelo locutor e seus enunciadores expressa qual é o ponto de vista assumido pelo locutor dentre aqueles que ele atualiza, pondo em evidência o que está sendo defendido pelo locutor, em que direção ele está argumentando.

Diante da possibilidade de associação da *Teoria dos Blocos Semânticos* e da *Teoria da Polifonia* para a descrição semântica do *discurso*, Azevedo (2006, p. 140) constrói sua segunda hipótese interna, **HI2**: *o valor semântico do texto, enquanto entidade abstrata subjacente aos discursos produzidos, pode ser descrito em termos de bloco, a partir do valor semântico dos discursos que realizam o texto, isto é, desde os encadeamentos argumentativos que atualizam os blocos semânticos previstos no sistema linguístico.*

Azevedo (2006) entende (em consonância com a versão mais recente da TAL) o valor semântico das entidades linguísticas concretas – o sentido do *enunciado* e do *discurso* – como o encadeamento argumentativo realizado de acordo com a posição do locutor responsável pela enunciação dessas entidades. Dito isso, Azevedo (2006) propõe que o valor semântico das

entidades linguísticas abstratas, a significação da *frase* e do *texto*, corresponda ao bloco semântico unitário e indivisível previsto na língua e atualizado pela enunciação do discurso.

Tomando por base as hipóteses externas e as duas hipóteses internas já formuladas, a autora elabora sua terceira hipótese interna, **HI3**²³: *o texto é um bloco semântico – como tal, inscrito no sistema linguístico – realizado pelo encadeamento argumentativo complexo que é o discurso.*

Para tornar HI3 mais clara e compreensível, Azevedo (2006) a subdivide em hipóteses internas mais específicas, cuja (re)união deverá resultar na comprovação desta terceira hipótese interna.

Nesse sentido, a autora²⁴ estabelece que **HI3.1** assumia a seguinte forma: *o discurso, como encadeamento argumentativo complexo, é composto de subencadeamentos, estes igualmente argumentativos, já que compreendidos como a inter-relação semântica de um segmento-argumento e um segmento-conclusão.*

Se Carel e Ducrot usam a expressão *encadeamento argumentativo* para referir a argumentação realizada pelas palavras plenas e pelos enunciados de uma língua, ao pretender descrever a argumentação posta em cena pelo discurso e reconhecendo nele uma unidade semântica, Azevedo precisa se valer dessa mesma expressão. Entretanto, não pode deixar de ver o discurso como um encadeamento argumentativo complexo, logo, composto de encadeamentos menores – estes do nível do enunciado ou mesmo das palavras plenas – que cumprem o papel de, ao se encadarem, revelar a totalidade do sentido do discurso. Esta autora optou, então, por chamar esses encadeamentos mais específicos constituintes do discurso de *subencadeamentos* devido a duas razões.

Primeiro, por perceber neles uma unidade semântica semelhante àquela percebida pelos teóricos da TAL quando descrevem o sentido do enunciado. Digo semelhante, porque, para mim, no âmbito da descrição semântica do discurso, um subencadeamento pode não coincidir com os limites de um enunciado, mas pode congrega vários enunciados, uma vez que cada subencadeamento – composto de um ou vários encadeamentos, estes, agora, como a TAL os descreve atualmente – deverá, no mínimo, encadear-se com outro(s) até formar um dos segmentos (argumento ou conclusão) do encadeamento global que é o dis-

²³ Ducrot, 1988, p. 19-20, apud Azevedo, 2006, p. 138.

²² Azevedo, 2006, p. 144.

²⁴ Op. cit, p. 144-145.

curso. Desde essa perspectiva, precisei criar essa nomenclatura para diferenciar o subencadeamento da complexa estrutura semântico-argumentativa que é o encadeamento no nível do discurso.²⁵

A segunda razão apontada por Azevedo para usar o termo *subencadeamento* diz respeito à sua função na descrição do sentido global do *discurso*. Um discurso é um sistema semântico organicamente estruturado, uma totalidade composta de partes inter-relacionadas, que, mesmo nessa interação, não perdem as propriedades que lhes possibilitam ser percebidas como unidades, mas que, simultaneamente, precisam ser compreendidas e descritas à luz de sua função de formar esse todo. O subencadeamento só é assim percebido por contribuir para a construção do encadeamento global que constitui o sentido do *discurso*.

Mas como chegar ao encadeamento argumentativo que põe à mostra o sentido total do discurso? A autora²⁶ aponta a concepção polifônica do sentido como critério para a identificação do encadeamento global do *discurso*, encadeamento este que se constitui na realização do bloco semântico que é o *texto*. Nessa direção, formula **HI3.2**: *o encadeamento argumentativo que expressa o sentido global do discurso expressa igualmente o ponto de vista (o enunciador) assumido pelo locutor desse discurso*.

Se o enunciado, conforme propõe a TAL, manifesta uma pluralidade de vozes, de pontos de vista postos em cena pelo locutor, no discurso o conteúdo de HI3.2 fica ainda mais evidente. Até mesmo pela seleção dos subencadeamentos e pela disposição destes para a configuração do encadeamento global, essa multiplicidade de pontos de perspectiva se faz notar.

Se assim é, Azevedo acredita não ser possível identificar o encadeamento argumentativo que confere ao discurso uma unidade semântica se este não expressar o ponto de vista pelo qual o locutor desse discurso se responsabiliza.

Resta ainda uma questão: como segmentar um discurso D em subencadeamentos? Para responder a essa pergunta, Azevedo (2006, p. 149-150) formula, então, **HI4**: *a segmentação do discurso em subencadeamentos é feita com base na condição de que os subencadeamentos assim se configurem por contribuírem para a constituição e a conseqüente interconexão dos segmentos argumento e*

conclusão os quais formam o encadeamento argumentativo complexo que expressa o sentido global do discurso.

A complexidade dessa hipótese exige uma explicação igualmente complexa. Baseada no princípio estruturalista da relação, Azevedo afirma que um subencadeamento só se define como tal na sua relação com os demais subencadeamentos e com o encadeamento argumentativo global. Nesse sentido, um subencadeamento só será assim reconhecido quando, pelo menos, contribuir para a formação de um dos segmentos do encadeamento global, ou para sua interconexão. Por isso, a extensão de um subencadeamento, segundo a proposta da autora, é variável e não há como, de antemão, determiná-la. Um subencadeamento pode ser composto de um, de dois ou mais encadeamentos do nível do enunciado ou mesmo da palavra, dependendo sempre do papel que cumpre na constituição/estruturação/organização do *discurso* enquanto encadeamento global, e é este que, semanticamente, vai determinar a configuração dos subencadeamentos.

Em termos de entidades abstratas, o subencadeamento é assim definido por colaborar na explicitação de um ou dos dois conceitos que, em relação, constituem-se no *bloco semântico*, no *texto*, realizado pelo *encadeamento*, pelo *discurso*.

O desenvolvimento dessas quatro hipóteses internas constitui, para Azevedo (2006), o modelo teórico-metodológico para a descrição do sentido dos discursos produzidos com base em um determinado sistema linguístico.

No intuito de testar esse conjunto das hipóteses internas (HI), passo à tentativa de descrição semântica de um discurso integrante de um livro didático de língua materna. Torna-se importante esclarecer que o discurso aqui analisado integra o *corpus* da pesquisa intitulada *Discurso didático: testagem de um modelo para descrição do sentido pela Semântica Argumentativa*²⁷ e que constituem o mesmo *corpus* discursos dos diversos componentes curriculares dos anos finais do Ensino Fundamental (História, Geografia, Matemática e Ciências).

4 UMA POSSIBILIDADE DE DESCRIÇÃO SEMÂNTICA

O discurso que segue foi extraído de um livro didático de Português destinado à 5ª série do Ensino Fundamental e aprovado pelo Plano Nacional do Livro Didático em 2005²⁸. Para a descrição do sentido desse

²⁵ Id., p. 145.

²⁶ Id., p. 146-147.

²⁷ Por mim desenvolvida de julho de 2007 a julho de 2009, com apoio financeiro do CNPq.

²⁸ ANDREU, 2004, p. 119.

discurso, seguirei rigorosamente a ordem de aplicação das hipóteses internas propostas por Azevedo (2006) apresentadas no tópico anterior deste artigo. No entanto, devido às limitações referentes à extensão deste trabalho, não as retomarei, somente apresentarei os resultados da análise decorrente da aplicação de cada uma delas.

O ser humano é um ser social e, por isso, a vida é um processo contínuo de comunicação. Desde os primeiros tempos, foram feitos registros, por meio de desenhos e sinais, para comunicar idéias, ações e experiências.

Comunicação ocorre em todos os momentos da vida, desde o nascimento até a morte. As pessoas utilizam diversas formas de linguagem e diversos códigos. Um gesto, um desenho, uma palavra falada ou escrita ou mesmo um sinal transmite uma determinada situação desejada ou ocorrida.

Pela análise polifônica²⁹, constatei que o discurso D em questão compõe-se de sete encadeamentos argumentativos do nível do enunciado. A saber:

EA₁: *ser humano DC ser social*
EA₂: *vida DC comunicação*
EA₃: *registro DC comunicação*
EA₄: *comunicação DC todos os momentos da vida*
EA₅: *pessoas DC uso de formas de linguagem variadas*
EA₆: *pessoas DC uso de códigos variados*
EA₇: *gestos, desenho, palavra, sinal DC transmissão de situações*

O encadeamento **EA₁** põe em relação os conceitos *humano* e *social* – ou, nos termos de Carel (1998), o bloco semântico *ser humano-ser social* –, sob o aspecto normativo em *donc*, podendo ser atualizado³⁰ por um enunciado como *se é humano, é social*.

EA₂ relaciona sob o aspecto normativo os conceitos *vida* e *comunicação* – ou o bloco *vida-comunicação* –, podendo ser realizado por um enunciado como *se há vida, há comunicação*.

O encadeamento **EA₃** estabelece, novamente sob o aspecto normativo, uma relação argumentativa entre os conceitos *registro* e *comunicação* – o bloco *registro-comunicação* –, que poderia ser expressa por um enunciado como *se há registro, há comunicação*.

EA₄ põe em relação os conceitos *comunicação* e *vida* – ou o bloco *comunicação-vida* – sob o aspecto normativo em *donc*, podendo ser realizado por um enunciado como *se há comunicação, há vida*.

Já **EA₅** vincula, novamente sob o aspecto normativo, os conceitos *pessoa* e *linguagem* – ou o bloco *pessoa-linguagem* – e seria realizado por um enunciado como *se é uma pessoa, usa linguagem*.

EA₆ relaciona outra vez o conceito *pessoa*, novamente sob a forma normativa, só que agora ao conceito *código* – o bloco semântico *pessoa-código* –, sendo atualizado por um enunciado como *se é uma pessoa, usa um código*.

Enfim, **EA₇** vincula, sob o aspecto normativo, os conceitos *gesto*, *desenho*, *palavra*, *sinal* e *transmissão* – ou os blocos *gesto-transmissão*, *desenho-transmissão*, *palavra-transmissão* e *sinal-transmissão* – podendo ser realizado por um enunciado como *se há gesto, desenho, palavra, sinal, há transmissão*.

Considerando os encadeamentos atualizados pelo locutor L para a constituição do discurso D e tendo em conta que D é uma entidade complexa, composta, portanto, pelas relações estabelecidas por L entre esses encadeamentos, é possível propor que tais relações sejam expressas por subencadeamentos (SE), estes já do nível do discurso.

Assim sendo, o sentido do discurso D em questão é constituído pela relação de três subencadeamentos. Tal constituição é o que passo a descrever agora, por meio da retomada dos encadeamentos argumentativos resultantes da descrição do sentido de cada enunciado que constitui o sentido global de D.

Voltemos, então, aos dois primeiros encadeamentos argumentativos:

EA₁: *ser humano DC ser social*
EA₂: *vida DC comunicação*

A relação entre os dois primeiros enunciados de D se dá por meio dos articuladores *e* e *por isso*. O articulador *e* põe em relação de acréscimo as ideias de “*o ser humano ser um ser social*” e a ideia de “*a vida ser um processo contínuo de comunicação*”. Já, o articulador *por isso* estabelece que a *comunicação* é decorrência da *sociabilidade humana*. Daí o subencadeamento 1 ser expresso por:

SE₁: *ser social DC comunicação*

O subencadeamento **SE₁** põe numa relação normativa em *donc* os conceitos de *ser social* e *comunicação* – ou o bloco

²⁹ Optei por não apresentar a descrição polifônica do discurso D, dada sua extensão e devido aos limites técnico-operacionais impostos para publicação deste artigo.

³⁰ *Atualizado*, aqui, no sentido de *posto em ato*, de *realizado pela fala*.

semântico *ser social-comunicação*, que poderia ser atualizado por um enunciado como *Se é um ser social, então se comunica* – e evidencia, pela existência dos articuladores *e* e *por isso*, que a *vida* mencionada no enunciado 2 (*a vida é um processo contínuo de comunicação*) trata-se da *vida humana*.

NB.: O que se percebe, então, tendo em conta tratar-se de um discurso com finalidade didática e destinado à 5ª série do Ensino Fundamental, é que o artigo *a* exige do leitor um esforço maior para a recuperação do conceito de *vida humana* do que se, no lugar do artigo, tivesse sido empregado o pronome *sua*, que, por seu turno, deixaria mais explícita a vinculação do conceito *vida* ao conceito *humana*.

O enunciado 3, cujo encadeamento argumentativo é EA_3 ; *registro DC comunicação*, só vem ilustrar o subencadeamento SE_1 , uma vez que o conceito *registro* configura-se como o meio pelo qual o ser social se comunica. E isso pode ser comprovado se lançarmos mão de mais uma ferramenta da Teoria dos Blocos Semânticos, a análise da argumentação interna ou externa da entidade *comunicação*.

Carel (2005, p. 205), ao descrever o fenômeno linguístico da ilustração, propõe como condição semântica para que uma expressão seja considerada uma ilustração que os encadeamentos evocados pela expressão expressem sua *argumentação interna*. Antes de prosseguir com a análise do encadeamento EA_3 , faz-se necessário explicitar melhor o que são e como funcionam essas duas “ferramentas” criadas por Ducrot e Carel, *argumentação externa e interna*.

Ducrot (2005, p. 62) define *argumentação externa* (AE) de uma entidade *e* como os encadeamentos dos quais *e* pode ser a origem ou o término, ou seja, *la argumentación externa de una entidad ‘e’ está constituida por los encadenamientos que van hacia ‘e’ o que vienen de ‘e’*. E acrescenta que, em termos de argumentação externa, a entidade linguística forma parte dos encadeamentos externos que a descrevem. Aproveitando o exemplo clássico de Ducrot, a AE da entidade *prudente* será constituída por encadeamentos como *Pedro é prudente, portanto não terá acidentes*.

Já *argumentação interna* (AI) de uma entidade *e* é definida pelo semanticista (2005, p. 64) como sendo constituída por certo número de aspectos aos quais pertencem os encadeamentos que parafraseiam esta entidade. E, diferentemente da argumentação externa, os encadeamentos que formam a AI de *e* não contêm *e* como segmento constitutivo. Novamente trazendo o exemplo de Ducrot, teremos como AI de *prudente*: *perigo DC precaução*.

Retomemos, então, a descrição do encadeamento argumentativo EA_3 . Se disse que ele somente ilustra o subencadeamento SE_1 , o fiz com base na análise da AI de *comunicação* que seria algo como *registro comum DC interação humana*, ou seja, é a existência de um registro comum, um código, que possibilita a interação verbal humana. Vemos, aqui, a comprovação da condição semântica da ilustração apontada por Carel (2005), visto que a entidade *registro* integra o encadeamento que define a argumentação interna do termo que ilustra: *comunicação*.

Se assim é, considero EA_3 como integrante do sentido de SE_1 pela relação normativa estabelecida entre EA_1 , EA_2 e EA_3 . Logo, SE_1 se mantém como *ser social DC comunicação* e confirma a posição assumida pelo locutor L em relação aos enunciadores E_6 (*existem registros muito antigos*) e E_{10} (*registros servem para comunicar idéias, ações e experiências*) mobilizados por ele no enunciado 3. Ao pôr em cena a *existência de registros muito antigos e a função de tais registros*, L insere no conceito de *comunicação*, a título de instrumento, o conceito de *registro*. A descrição polifônica do sentido do enunciado 3 comprova a constituição do sentido do subencadeamento SE_1 pela relação normativa entre os encadeamentos argumentativos 1, 2 e 3.

O segundo subencadeamento (SE_2) que configura o sentido do discurso D é constituído pela relação normativa estabelecida por L entre os encadeamentos argumentativos EA_4 , EA_5 e EA_6 . Para descrever a constituição de SE_2 , retomemos os encadeamentos argumentativos e vejamos como se relacionam.

EA_4 : *comunicação DC vida*

EA_5 : *pessoas DC formas de linguagem*

EA_6 : *pessoas DC códigos*

Pela relação normativa em *donc*, estabelecida entre os três encadeamentos argumentativos EA_4 , EA_5 e EA_6 e pelos conceitos que compõem os respectivos blocos semânticos – *comunicação, vida, pessoa, linguagem e código* –, pode-se dizer que o subencadeamento SE_2 configura-se como *comunicação DC vida humana*.

Explicando. O conceito *pessoa* atualizado em EA_5 e EA_6 , conforme o próprio discurso, substitui o conceito *vida* atualizado por EA_4 . Tanto é assim que, pela análise polifônica do enunciado 4 (*Comunicação ocorre em todos os momentos da vida, desde o nascimento até a morte*), a posição assumida por L evidencia sua identificação com o enunciador E_2 , a saber, *há comunicação em todos os*

momentos da vida; no enunciado 5 (*As pessoas utilizam diversas formas de linguagem*), a posição de L é assimilada ao enunciador E₂ (*pessoas utilizam formas de linguagem variadas*), na qual já se pode perceber a substituição dos conceitos de *vida* e *comunicação* por *pessoa* e *formas de linguagem* e, se fosse explicitado o articulador que une o enunciado 5 ao 4, teríamos uma relação causal, ou seja, sob o aspecto normativo em *donc*, algo como *comunicação DC vida DC pessoa DC formas de linguagem*, a qual poderia ser expressa por um enunciado como *Se há comunicação, há vida, já que se há pessoas, há formas de linguagem sendo utilizadas*.

O mesmo ocorre quando se descreve a relação entre os enunciados 6 e 4, uma vez que 6 (*As pessoas utilizam diversos códigos*) só representa um acréscimo ao conteúdo semântico do enunciado 5, logo, de igual forma, teríamos uma relação causal sob o aspecto normativo entre os enunciados 6 e 4, como *comunicação DC vida DC pessoa DC código* – o que poderia ser atualizado por um enunciado como *Se há comunicação, há vida, já que se há pessoas, há códigos sendo utilizados* –, e, novamente, é possível perceber a substituição dos conceitos de *vida* e *comunicação* por *pessoas* e *código*.

Dessa relação entre os enunciados 4, 5 e 6, das posições assumidas pelo locutor L em cada um deles e da substituição dos conceitos, resulta a configuração semântico-argumentativa de SE₂ como *comunicação DC vida humana*, cujo bloco semântico põe em relação normativa em *donc* os conceitos *comunicação* e *vida humana*, e poderia ser expresso por um enunciado como *Se há comunicação, há vida humana*.

O leitor mais atento poderia me questionar de onde teria surgido o conceito *vida humana*, já que no encadeamento argumentativo EA₄, o conceito que constitui o segundo segmento é o de *vida* e não o de *vida humana*. Verifico seu surgimento justamente pela substituição feita pelo conceito *pessoa*, já que este conceito não poderia ser utilizado para retomar qualquer forma de vida, mas exclusivamente a forma *humana*. Isso me leva a crer que L no discurso D restrinja a comunicação à vida humana.

O terceiro e último subencadeamento do discurso D tem seu sentido constituído pela relação normativa em *donc* estabelecida entre os encadeamentos argumentativos EA₅, EA₆ e EA₇.

Antes de prosseguir com a descrição de SE₃, parece caber aqui uma retomada da noção de *subencadeamento*, principalmente no que diz respeito à sua delimitação no discurso.

Segundo o conteúdo da hipótese interna HI4 de Azevedo (2006, p. 149-150),

a segmentação do discurso em subencadeamentos é feita com base na condição de que os subencadeamentos assim se configurem por contribuírem para a constituição e a conseqüente interconexão dos segmentos argumento e conclusão, os quais formam o encadeamento argumentativo complexo que expressa o sentido global do discurso.

Justamente por fazer operar essa hipótese na descrição do sentido do discurso D é que o segmentei nos subencadeamentos SE₁, SE₂ e SE₃ da forma como apresentei acima. Tal segmentação não tem a sintaxe como critério, mas a relação argumentativa que o locutor estabelece para a construção do sentido do discurso. Assim, SE₁ constituiu-se pela relação entre os encadeamentos argumentativos que descrevem o sentido dos três primeiros enunciados de D; SE₂, pela relação entre os encadeamentos argumentativos 4, 5 e 6; e SE₃, para ser constituído, precisou retomar os encadeamentos 5 e 6, os quais compõem seu primeiro segmento, e o encadeamento 7, que compõe seu segundo segmento.

Para explicitar melhor a constituição de SE₃, retomemos os encadeamentos que constituirão seu sentido:

EA₅: *pessoas DC formas de linguagem*
 EA₆: *pessoas DC códigos*
 EA₇: *gesto, desenho, palavra, sinal DC transmissão de situações*

Ao retomar o discurso D, percebe-se que o último enunciado tem por função enumerar exemplos que “concretizem”³¹ os conceitos de *formas de linguagem* e *código* mencionados nos dois enunciados anteriores. Essa percepção intuitiva permite-me manter entre os encadeamentos EA₅, EA₆ e EA₇ uma relação normativa em *donc* e configurar SE₃ como *linguagem DC comunicação*. Tratemos de comprovar semanticamente tal intuição discursiva.

Os conceitos de *gesto, desenho, palavra* e *sinal* veiculados pelo encadeamento EA₇ são, na verdade, exemplos

³¹ Em se tratando de um discurso utilizado com fins didáticos e destinado à 5ª série do Ensino Fundamental, torna-se pedagogicamente necessária a concretização de conceitos, pois nesta fase de escolarização os alunos, em geral, ainda têm dificuldades para realizar abstrações mais complexas. Nesse sentido, os exemplos são didaticamente muito bem-vindos, já que propiciam maior compreensão dos conceitos trabalhados justamente por aproximarem, vincularem esses conceitos a situações concretas ou factuais.

de *formas de linguagem e códigos*, mobilizados por L nos encadeamentos **EA₅** e **EA₆**. Tanto é que se descrevermos a argumentação externa à esquerda de *formas de linguagem* teremos como um dos encadeamentos possíveis *gesto, desenho, palavra, sinal DC formas de linguagem*. Daí o primeiro segmento de **SE₃** ser constituído pelo conceito de *linguagem*, que nada mais é do que o conceito-síntese de todos aqueles postos em cena por L. Mais uma prova disso é que se buscarmos a argumentação externa à direita de *linguagem* teremos: *linguagem DC código, desenho, palavra, sinal*, em que, conforme Ducrot e Carel (2006), a palavra *linguagem* figura como suporte de tal argumentação.

Para chegar à constituição do segundo segmento de **SE₃**, precisarei descrever a argumentação interna de *comunicação*, ou seja, *transmissão DC recepção*. E aqui vejo o segundo segmento de **EA₇** como parte da AI de *comunicação*, o que me permite corroborar minha intuição discursiva e configurar **SE₃** pela articulação argumentativa dos três encadeamentos conforme havia previsto.

Ora, se as hipóteses internas de Azevedo (2006) podem dar conta da descrição do sentido do discurso, a articulação dos três subencadeamentos, assim como foram descritos, deve resultar no encadeamento argumentativo global (EAG) do discurso D e este deve coincidir com o ponto de vista que L assume nesse discurso. Passemos, então, à configuração do **EAG** e, para tanto, retomemos os três subencadeamentos que constituem seu sentido.

SE₁: *ser social DC comunicação*

SE₂: *comunicação DC vida humana*

SE₃: *linguagem DC comunicação*

Pela posição adotada por L em relação aos enunciadores que mobiliza para a constituição do discurso D e dada a configuração dos subencadeamentos argumentativos que realizam os blocos semânticos evocados por D, creio que o encadeamento argumentativo que define o sentido desse discurso assumo o aspecto normativo em *donc* e ponha em relação os conceitos de *ser social* e *comunicação*.

Justificando. Segundo minha análise, o discurso D é constituído por três subencadeamentos argumentativos que relacionam diferentes conceitos – *ser social, vida humana* e *linguagem* – ao conceito *comunicação*. Não parece haver dúvida, então, que um dos segmentos do **EAG** seja expresso pelo conceito de *comunicação*, uma vez que esse conceito é constituinte de todos os subencadeamentos. Além disso (e agora extrapolando os limites da descrição semântica), torna-se fundamental ter em conta que o conceito *comunicação* é objeto de estudo na série para a qual se destina o livro didático de Língua Portuguesa do qual foi extraído o discurso analisado, o que também justifica a constituição do **EAG**³².

Voltando à descrição do encadeamento argumentativo de D, proponho, então, que seja algo como *ser social DC comunicação*, uma vez que os demais conceitos constituintes dos subencadeamentos que lhe estão na origem ou são desdobramentos dele, como é o caso do conceito *vida humana*, ou são próprios dele, como é o caso do conceito de *linguagem* veiculado em **SE₃**. Retomando o discurso D, vemos que o enunciado 1 (*o ser humano é um ser social*) e o enunciado 2 (*a vida é um processo contínuo de comunicação*) já expressam as relações argumentativas entre esses conceitos, e que os demais enunciados que constituem D assumem, basicamente, o papel de exemplificar e tornar mais concretas essas relações. Além do que a posição assumida pelo locutor coincide com os enunciadores que veiculam esses conceitos, a saber: no enunciado 1, L assume o ponto de vista do enunciador 3 expresso como *o ser humano é um ser social*; no enunciado 2, L assume o enunciador 4 que tem como ponto de vista *a vida é um processo de comunicação*.

Posso propor, portanto, que o encadeamento argumentativo global que expressa o sentido de D seja *ser social DC comunicação* e que este coincida com a posição assumida por L frente ao enunciador 8 (que resulta da articulação entre os enunciados 1 e 2) *o ser social vive um processo contínuo de comunicação*³³. Eis aqui a comprovação da hipótese interna 4 de Azevedo (2006) a qual justamente diz respeito ao fato de o encadeamento argumentativo global de um discurso coincidir com a

³² Talvez esteja aí uma possível comprovação do que propõe Azevedo (2000) ao vincular os pressupostos da *Teoria da Argumentação na Língua* à formação de conceitos. Nessa obra, a autora vê na TAL uma possível ferramenta didático-pedagógica para promover e otimizar o processo de formação, pelos aprendizes, dos conceitos veiculados nos textos que compõem os livros didáticos. Aliás, este é o objeto de estudo da pesquisa *Argumentação a serviço da formação de conceitos*, por mim coordenada e em desenvolvimento desde agosto de 2009.

³³ Há de se notar que, embora o **EAG** seja expresso por um encadeamento aparentemente igual ao subencadeamento **SE₁**, trata-se apenas de uma coincidência e não de uma regularidade. Não há nenhuma obrigatoriedade de o **EAG** de um discurso configurar-se como um de seus subencadeamentos, até porque são entidades de natureza semelhante, mas de complexidade diferente: o subencadeamento não expressa a síntese do sentido de um discurso como é o caso do encadeamento argumentativo global.

posição assumida por seu locutor frente aos enunciadores que mobiliza.

Creio que, após essa análise, mesmo com as restrições impostas por um artigo deste porte, tenha sido possível comprovar a aplicabilidade do modelo teórico-metodológico proposto por Azevedo (2006). Obviamente, esta é só mais uma tentativa de comprovação da viabilidade de utilizar a proposta de Azevedo para a descrição do sentido do discurso e, portanto, vários outros testes precisam ser feitos na direção de tal comprovação.

REFERÊNCIAS

- ANDREU, Sebastião. *Aprendendo a ler e escrever textos 5ª série*. Curitiba: Nova Didática, 2004 – (Coleção ALET), p. 119.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *La argumentación en la lengua*. Madrid: Editorial Gredos, 1994.
- AZEVEDO, Tânia Maris de. *Em busca do sentido do discurso: a semântica argumentativa como uma possibilidade para a descrição do sentido do discurso*. Caxias do Sul: EDUCS, 2006.
- _____. Os conceitos de texto e discurso em três momentos da teoria de Ducrot. In *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 37, nº 3, p. 123-134, set. 2002.
- _____. *Argumentação, conceito e texto didático: uma relação possível*. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.
- CAREL, Marion. “Ocupate de Amélie”: empleo contrastivo de pero e ilustración. In: CAREL, M. e DUCROT, O. *La semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos*. Buenos Aires: Colihue, 2005, p. 187-219.
- _____. Argumentación normativa y argumentación exceptiva. In *Signo e Seña*, n. 9, p. 257-298, jun. 1998.
- CAREL, Marion. L’argumentation dans le discours: argumenter n’est pas justifier. In *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 32, nº 1, p. 23-40, mar. 1997.
- DUCROT, O. Argumentación interna y argumentación externa. In: CAREL, M. e DUCROT, O. *La semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos*. Buenos Aires: Colihue, 2005, p. 51-89.
- _____. Argumentação e “topoi” argumentativos. In GUIMARÃES, Eduardo (org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- _____. *Polifonia y argumentación* – conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali, Universidad del Valle, 1988.
- _____. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- _____. Enunciação. In *Enciclopédia EINAUDI: Linguagem-Enunciação*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. V. 2, Linguagem – Enunciação, p. 368-393.
- _____. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980.
- DUCROT, O. e CAREL, M. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. In. PERRIN, Laurent. *Recherches Linguistiques*, n. 28 (*Le sens et ses voix*). Metz: Presses Universitaires de Metz, 2006, p. 215-243 – Traduzido para a Língua Portuguesa por Leci Borges Barbisan.
- NEGRONI, Maria Marta G. Acerca de los fenómenos de relectura y reinterpretación en el discurso. In *Revista iberoamericana de discurso y sociedad*, Barcelona, v. 2, n. 4, 89-108, dez. 2000.
- _____. La negación metalingüística: argumentación, gradualidad y reinterpretación. In *Signo e Seña*, n. 9, p. 227-254, jun. 1998.